



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA de São Carlos
FORO DE SÃO CARLOS
VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
RUA SORBONE, 375, SÃO CARLOS - SP - CEP 13560-760

SENTENÇA

Processo Digital nº: **1008800-63.2014.8.26.0566**
 Classe – Assunto: **Procedimento do Juizado Especial Cível - Inclusão Indevida em Cadastro de Inadimplentes**
 Requerente: **RODRIGO SIMONETTI KABBACH**
 Requerido: **SISTEMA FÁCIL INCORPORADORA IMOBILIARIA SÃO CARLOS I - SPE LTDA e outro**

Juiz(a) de Direito: Dr(a). Silvio Moura Sales

Vistos.

Dispensado o relatório, na forma do art. 38, caput, parte final, da Lei nº 9.099/95, e afigurando-se suficientes os elementos contidos nos autos à imediata prolação da sentença,

D E C I D O.

Trata-se de ação em que o autor alegou ter celebrado com a ré instrumento particular de compra e venda de imóvel que especificou, situado no Condomínio Terra Nova São Carlos I.

Alegou ainda que mesmo tendo cumprido todas as obrigações a seu cargo foi injustificadamente inserida pela ré perante órgãos de proteção ao crédito, de sorte que almeja à exclusão da negativação, à declaração de


TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

COMARCA de São Carlos

FORO DE SÃO CARLOS

VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL

RUA SORBONE, 375, SÃO CARLOS - SP - CEP 13560-760

inexistência da dívida pertinente, e ao ressarcimento dos danos morais que sofreu.

A preliminar de ilegitimidade passiva arguida pela ré Rodobens não merece acolhida porquanto foi ela quem lançou a negativação em nome do autor.

No mérito a ré em contestação confirmou a existência do débito aludido pelo autor, ressalvando que se refere aos denominados juros de obra cobrados pela Caixa Econômica Federal.

Assinalou também que como ele não foi saldado fê-lo na condição de fiadora do autor, tornando-se por isso sua credora a esse título.

Assentadas essas premissas, assinalo que não extraio dos autos dados consistentes que encerrassem respaldo à negativação questionada pelo autor.

Como já destacado, a ré esclareceu que isso teve origem nos "juros de obra" que o autor deveria pagar à Caixa Econômica Federal.

Dois itens da contestação merecem especial atenção:

"Desta forma, considerando que a Ré aparece no contrato de financiamento como fiadora do Autor, a partir do momento do inadimplemento do Autor referente aos valores cobrados, denominados juros de obras, a Caixa Econômica Federal realiza a cobrança dos valores que deveriam ser pagos pelo Autor em favor da Ré" (fl. 82, item 28 – grifos e negritos originais).

"Assim, o Autor não realizou o pagamento dos referidos encargos relativos aos meses abaixo, sendo estes quitados pela ré na data de seu vencimento perante a mesma, o que deu origem a cobrança dos débitos pela Ré em desfavor da Autora e, conseqüentemente, a inserção de seu nome nos órgãos de restrição ao crédito em razão de sua inadimplência, vez que, agora, é credora das referidas importâncias" (fl. 79, item 19 – grifos e negritos originais).

É possível concluir com segurança, a partir da explicação clara da ré, que a negativação do autor nasceu da não quitação dos juros de obra à Caixa Econômica Federal por parte dela.

A ré, então, fez tal pagamento, subrogando-se no crédito correspondente.

Todavia, não há provas nessa direção.

Nesse contexto, a ré foi instada a *"demonstrar de que modo foi acionada pela Caixa Econômica Federal, sendo-lhe cobrada a dívida do autor, e de que modo realizou os alegados pagamentos em nome do autor perante o citado agente financeiro"* (fl. 138, item 3).

Todavia, a ré se limitou a apresentar uma tela, unilateralmente confeccionada (fl. 175), igualmente a já demonstrada à fl. 80


TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

COMARCA de São Carlos

FORO DE SÃO CARLOS

VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL

RUA SORBONE, 375, SÃO CARLOS - SP - CEP 13560-760

Ora, diante desse panorama impõe-se a certeza de que a ré não amealhou dados concretos que atuassem em seu benefício.

Nada foi coligido para estabelecer o liame entre o valor que deu causa à negativação do autor e o pagamento de juros de obra pela ré, como sua fiadora, à Caixa Econômica Federal.

A determinação de fl. 168 restou dessa maneira desatendida e bem por isso é de rigor concluir pela irregularidade da negativação do autor, ausente lastro que a legitimasse.

O acolhimento da pretensão deduzida para exclusão da mesma impõe-se, pois, a exemplo da declaração de inexistência da dívida.

Contudo, o pedido de reparação de danos morais de igual modo não há de ter agasalho.

Não obstante se reconheça que a indevida negativação dê margem a isso, o documento de fls. 74 e 161 leva a conclusão contrária.

Ele demonstra que o autor ostenta diversas outras negativações além daquela tratada nos autos perante órgãos de proteção ao crédito e não foram impugnadas, o que inviabiliza o recebimento da indenização em apreço consoante pacífica jurisprudência:

“Agravamento Regimental no Recurso Especial. Inscrição em Cadastro de Proteção ao Crédito. Dano Moral não configurado. Devedor Contumaz. 1. Incabível o pagamento de indenização a título de dano moral quando já houver inscrição do nome do devedor em cadastro de proteção ao crédito. 2. Agravo desprovido.” (AgRg no REsp. 1046681/RS, rel. Min. **JOÃO OTÁVIO NORONHA**, 4ª Turma, j. 09/12/2008).

“Consumidor. Inscrição em Cadastro de Inadimplentes. Dano moral inexistente se o devedor já tem outras anotações regulares, como mau pagador. 1. Quem já é registrado como mau pagador não pode se sentir moralmente ofendido por mais de uma inscrição do nome como inadimplente em cadastros de proteção ao crédito; dano moral haverá se comprovado que as anotações anteriores foram realizadas sem prévia notificação do interessado. 2. Recurso especial não conhecido.” (REsp 1002985/RS, rel. Min. **ARI PARGENDLER**, 2ª Turma, j. 27/08/2008).

A Súmula nº 385 do Colendo Superior Tribunal de Justiça cristalizou esse entendimento ao dispor que *“da anotação irregular em cadastro de proteção ao crédito não cabe indenização por dano moral, quando preexistente legítima inscrição, ressalvado o direito ao cancelamento”*.

Nem se diga que as demais negativações seriam anteriores à presente e já teriam sido excluídas.

Preservado o respeito tributário aos que

**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**

COMARCA de São Carlos

FORO DE SÃO CARLOS

VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL

RUA SORBONE, 375, SÃO CARLOS - SP - CEP 13560-760

perfilham entendimento diverso, reputo que o objetivo da reparação em situações como a dos autos é proteger a pessoa que nunca ostentou pendências financeiras diante de órgãos de proteção ao crédito ou que pelo menos tenha apresentado algo episódico e restrito nesse sentido, que não comprometeu o seu conceito de regularmente cumprir suas obrigações.

Bem por isso, se – como na hipótese vertente – a pessoa registra diversas questões dessa natureza não poderá invocar o benefício em apreço porque aquele bom conceito já estava irremediavelmente abalado.

Não se acolhe, em consequência, o pleito no particular.

Isto posto, **JULGO PROCEDENTE EM PARTE** a ação para declarar a inexistência da dívida tratada nos autos e para excluir a negativação dela oriunda, tornando definitiva as decisões de fls. 64/65, item 2 e fls. 168 item 1.

Deixo de proceder à condenação ao pagamento de custas e honorários advocatícios, com fundamento no art. 55, caput, da Lei nº 9.099/95.

P.R.I.

São Carlos, 02 de setembro de 2015.

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,
CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**